

# O Instituto Polytechnico de Florianópolis

*Amazile de Hollanda Vieira \**

O presente trabalho é a síntese de uma dissertação de mestrado, defendida em julho de 1979, para obtenção de grau de mestre em História (área social), na Universidade Federal de Santa Catarina. O tema a ser analisado buscou recompor dados históricos do primeiro estabelecimento de ensino superior, o Instituto Polytechnico, organizado e implantado em Florianópolis em 1917 e extinto em 1935.

Procurou-se focar a estrutura do Instituto Polytechnico sob dois aspectos importantes: o cronológico e as mudanças quantitativas e qualitativas do sistema de ensino adotadas no Brasil no período em questão. O cronológico, porque transcorreu em épocas que marcaram profundamente a educação no Brasil. O período subsequente à I Grande Guerra e o logo posterior à implantação do Governo Provisório e sua conseqüente reformulação no ensino superior. Foram consideradas mudanças quantitativas aquelas que dizem respeito a elementos básicos do sistema educacional, como: número de alunos e de professores. As mudanças qualitativas referem-se às alterações relevantes da política e filosofias educacionais e que comumente são chamadas "reformas de ensino".

Dividiu-se o trabalho em três partes, assim distribuídas:

1 — Antecedentes do Instituto Polytechnico. Pretendeu-se analisar aspectos da vida social, cultural e econômica da época que antecedeu à implantação do Instituto, no âmbito internacional, nacional e regional. Sua fundação e repercussão iniciais. Dados que merecem uma atenção especial porque retrata a sua importância na comunidade local e como esta criação foi aceita nas diferentes camadas sociais.

2 — Organização Administrativa. Pretendeu-se recompor sua estrutura orgânica e administrativa, enfatizando as diretorias, autonomia financeira, etc.

---

\* Professora do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas da UFSC.

3 — Estrutura do Ensino. Abordagem geral dos cursos: Preparatórios e de Especialização. Buscou-se com esta análise configurar sua organização, exames, cadeiras, corpo docente e alterações curriculares. Bem como no aspecto específico uma síntese dos diversos cursos ao longo de sua existência, a participação dos discentes e algumas informações sobre atividades complementares.

Tem-se que considerar ser este o primeiro estudo sistemático a respeito do assunto e que as fontes de pesquisa foram suficientemente exploradas, mas não esgotadas, dadas as dificuldades de acesso. O grande obstáculo surgido logo no início das pesquisas foi a inexistência aqui, em Florianópolis, do arquivo pertencente ao Instituto. Teve-se que percorrer um longo e difícil caminho. Usou-se publicações como Mensagens, presidenciais e governamentais; Relatórios do Conselho Superior de Ensino; leis e decretos, estaduais e federais; uma exaustiva pesquisa nos jornais da época; Diários Oficiais do Estado de Santa Catarina e da União, Diário do Congresso Nacional; levantamentos no Departamento de Saúde Pública, Conselho Regional de Farmácia, Odontologia e de Engenharia e Arquitetura, usando-se, ainda, a técnica de História Oral.

Desdobravam-se os Cursos do Instituto Polytechnico em: Preparatórios e Especialização. O Curso de Preparatórios dava oportunidade aos estudantes de obterem o certificado correspondentes ao curso ginasial, indispensável, na ocasião, para ingressarem nos cursos superiores.

O Curso de Especialização dividia-se em Cursos de Farmácia, Odontologia, Agrimensura e Engenheiros Geógrafos e de Comércio, complementando este último pelo Curso de Datilografia, formando, respectivamente, farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, agrimensores, engenheiros geógrafos e guarda-livros.

O Brasil, na segunda metade do século XIX, viu nos seus maiores centros uma forte tendência para as idéias positivistas e como consequência, implantaram-se por todo o território brasileiro Escolas ou Institutos Politécnicos. As Escolas Politécnicas brasileiras, basearam-se na famosa "École Polytechnique de Paris", organizada na França após a propagação do pensamento positivista. A origem da primeira Escola Politécnica no Brasil está na criação, em 1810, da Real Academia Militar, que foi criada com a finalidade de se desenvolverem os estudos de ciências matemáticas, ciências físicas, ciências naturais e

ciências militares, sofreu a Real Academia Militar sucessivas reformas até 1937 quando passou a denominar-se Escola Nacional de Engenharia, integrada à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A administração pública catarinense nos trinta primeiros anos do século XX, obedeceu ao binômio — educação e viação. Esta duplicidade começou com o governo do Cel. Vidal José Oliveira Ramos (1902-1905 e 1910-1914), seguiu-se o governo de Gustavo Richard (1906-1910), sucedendo-se os governadores: Cel. Felipe Schmidt (1914-1918) e do Eng. Civil Hercílio Pedro da Luz (1918-1924). A partir de 1930 os governos da Interventoria iriam dar nova sistemática à administração pública.

A administração de Vidal Ramos visou principalmente o problema da educação. Deu ênfase ao ensino público realizando a primeira grande reforma neste setor. Contratou o professor paulista, Orestes Guimarães que logrou enorme sucesso no seu trabalho. A "Reforma Vidal Ramos" como assim ficou conhecida, objetivava a reestruturação administrativa e pedagógica do ensino público catarinense, enfatizando a didática com introdução de novos programas de ensino. Possibilitava, ainda, a passagem de alunos de uma para outro estabelecimento, assimilação de grupos étnicos estrangeiros e irradiação do analfabetismo. Felipe Schmidt deu seqüência à obra de Vidal Ramos. Preocupou-se com a instrução pública, principalmente, no tocante ao corpo docente, ensino médio e nacionalização do ensino nas zonas de elevado contingente germânico e italiano.

Em 1916 funcionavam no Estado 706 escolas, divididas da seguinte forma:

"Municípios	Estaduaes	Federaes	Municipaes	Part.	Total
Araranguá	10	—	5	—	15
Biguassú	10	—	4	—	14
Blumenau	16	—	—	117	133
Brusque	2	—	17	2	21
Camboriú	4	—	3	2	9
Campo Alegre	2	—	—	2	4
Campos Novos	3	—	6	—	9
Canoinhas	2	—	1	—	3
Curitybanos	2	—	3	—	5
Florianópolis	45	1	18	18	82

"Municípios	Estaduaes	Federaes	Municipaes	Part.	Total
Garopaba	4	—	—	—	4
Imaruy	7	—	3	10	20
Itajahy	14	—	14	10	38
Jaguaruna	3	—	—	—	3
Joinville	14	1	—	54	69
Lages	11	—	7	16	34
Laguna	18	—	4	1	23
Nova Trento	3	1	5	3	12
Orleans	2	—	4	2	8
Palhoça	19	1	10	6	36
Paraty	7	—	3	—	10
Porto Bello	5	—	3	1	9
São Bento	1	—	—	14	15
São Francisco	5	—	9	1	15
São Joaquim	2	—	22	3	27
São José	17	1	9	2	29
Tijucas	12	—	13	—	25
Tubarão	12	—	1	2	15
Urussanga	1	—	—	18	19
	<u>253</u>	<u>5</u>	<u>164</u>	<u>284</u>	<u>706</u>

O número das Escolas Particulares não é ainda verdadeiro".

No ano de 1917 a matrícula nas escolas públicas estaduais e secundárias (Ginásio Catarinense) foi de 12.614, para uma população censitária de 320.289 habitantes. Destas somente 8.605 tiveram frequência efetiva na rede pública estadual, quanto ao Ginásio Catarinense somente 9 alunos formaram-se. Dos alunos formados no Ginásio Catarinense poucos eram os que podiam-se afastar da sua cidade para continuar seus estudos superiores em centros onde houvesse oportunidade para tal. Somente o faziam os de melhores condições financeiras. Quanto aos outros, tornava-se muito difícil essa pretensão. Tentando dirimir este vazio, surgiram manifestações de figuras representativas da comunidade local, objetivando dotar a capital do Estado de um estabelecimento superior. Foi na administração de Felipe Schmidt, pela lei nº 1.169, de 1º de outubro de 1917, que se criou o Instituto Polytechnico de Florianópolis.

As camadas representativas da sociedade florianopolitana em especial, as mais tradicionais famílias, pouco se manifestaram. As repercussões procederam principalmente da imprensa local e do interior.

A estrutura orgânica do Instituto observou os preceitos do Decreto-Lei nº 11.530, de 18 de março de 1915, também conhecida por "Reforma Carlos Maximiliano" que reorganizou o ensino secundário e superior na República, estando assim constituído:

Congregação — Órgão máximo de decisão encarregada da fixação da política, objetivos e orçamento do Instituto.

Diretoria — Órgão executivo de apoio à Congregação, compondo-se de cinco membros.

Conselho Econômico — Órgão de assistência e consulta da Diretoria.

Museu e Biblioteca — Órgãos suplementares e de apoio às atividades didáticas e pedagógicas.

Para melhor elucidação, armou-se a estrutura organizacional do estabelecimento, representada pelo organograma que se segue, ressaltando as atividades dos seus diversos órgãos, separadamente.

O Instituto Polytechnico foi reconhecido como de Utilidade Pública, através do Decreto Federal nº 4.723, de 15 de dezembro de 1923.

Sempre funcionou com grandes entraves financeiros, sua receita própria, assim como os recursos oriundos dos governos municipal, estadual e federal não cobriam o déficit dos seus gastos.

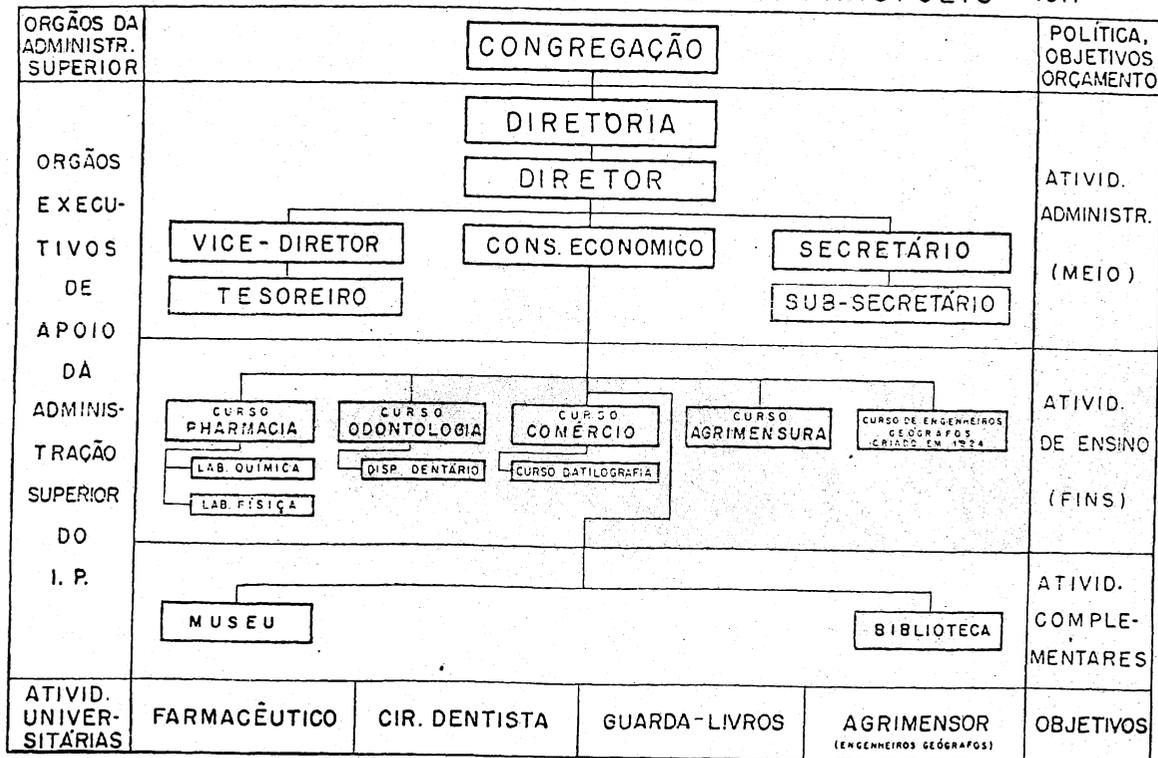
As alterações no ensino superior do país com a implantação do Governo Provisório em 1930, criando o sistema universitário, foram marcantes, destacando-se: a autonomia financeira dos estabelecimentos de ensino; a estabilidade e vitaliciedade dos professores e disciplinou as atividades discentes.

Tentando adaptar-se às novas diretrizes do Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, expedido pelo Governo Provisório, passou sua estrutura orgânica por profundas modificações, assim configuradas:

Congregação — Órgão deliberativo de jurisdição superior do Instituto. Passou a ser integrado por professores catedráticos e efetivos, pelos docentes livres em exercício de catedrático e por representantes dos docentes livres, eleitos por seus pares.

Conselho Técnico Administrativo — Composto de três membros escolhidos dentre os professores catedráticos, com função executiva e fiscalizadora das atividades administrativas e de ensino.

(ORGANOGRAMA)  
 INSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPOLIS - 1917



Diretor — Com atribuições exclusivas de execução das deliberações da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo.

Consoante o novo Estatuto do Instituto, aprovado em 1932, ficou assim o novo Organograma:

Com o agravamento da situação financeira do estabelecimento foi nomeada comissão composta de três membros com o objetivo de estabelecer, junto ao Interventor do Estado, as bases da doação do Instituto para o Governo do Estado.

Esta comissão sugeriu que a diretoria em nome da Congregação, fizesse a doação de todos os bens móveis, imóveis e valores ao Estado de Santa Catarina com o intuito de levar o Governo do Estado a manter um estabelecimento destinado à educação da juventude.

Fundamentalmente, o fechamento do Instituto prendeu-se:

- falta de recursos financeiros que lhe dessem autonomia própria;
- a impossibilidade de formar um quadro de docentes;
- possível inadequação dos currículos e programas à legislação federal, e
- os relatórios emitidos pelos inspetores federais que dificultaram seu reconhecimento.

## CURSOS PREPARATÓRIOS E DE ESPECIALIZAÇÃO

*Curso Preparatório.* Este curso anexo ao Instituto, com aulas noturnas preparava os alunos para admissão aos cursos de Agrimensura, Farmácia, Odontologia e Comércio. Havia duas épocas de exames, a primeira, para os alunos matriculados e com frequência efetiva às aulas e a segunda época para os matriculados e sem frequência e para os não matriculados, cujos exames seriam vagos. De acordo com os Estatutos e posteriores resoluções da Congregação, nenhum candidato aos Cursos de Especialização poderia matricular-se, dependendo dos exames preparatórios, exceto aqueles que apresentassem certificados de aprovação passada pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, ou a ele equiparados, como do: Ginásio Catarinense, Escola Normal e Colégio Santo Antônio, de Blumenau. Havia uma exceção deste dispositivo para os candidatos ao curso de Comércio. A chamada para os exames Preparatórios foi geralmente, publicada nos pe-



riódicos da Capital e na Imprensa Oficial. O curso de Preparatórios funcionou regularmente até o fechamento do Instituto, adaptando-se, porém, à reforma do ensino superior no Governo Provisório.

*Curso de Especialização.* Para admissão e inscrição o candidato deveria preencher os seguintes requisitos:

- 1 — requerimento declarando o curso de sua preferência;
- 2 — atestado de identidade assinado por um professor ou duas pessoas conhecidas;
- 3 — atestado de vacinação;
- 4 — certificado de aprovação nos exames ginasiais ou correspondentes;
- 5 — certidão de idade provando ter completado 16 anos, e
- 6 — recibo do pagamento da taxa de inscrição.

Os exames de admissão constavam de prova escrita e oral. Os cursos de Especialização eram constituídos de aulas teóricas, dadas em sala de aula, e aulas práticas, ministradas por um professor em gabinetes, laboratórios, museu, herbário e logradouros públicos. Os alunos que concluíssem os Curso de Especialização do Instituto receberiam diplomas de farmacêutico, cirurgião-dentista, guarda-livros, agrimensor e engenheiro-geógrafo.

Alguns cursos do Instituto Polytechnico foram reformulados, tais como, de Odontologia, que de dois anos de duração passou para três anos e o de Engenheiros Geógrafos, apesar de constar dos Estatutos, não foi reconhecido pela "Reforma Francisco Campos", passando o curso outra vez a formar somente agrimensores.

Anexou-se a seguir uma tabela para melhor elucidação:

1º ANO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO INSTITUTO POLYTECHNICO — 1917

CURSOS	DISCIPLINAS	LENTES	DIAS	HORÁRIO
FARMÁCIA	FÍSICA	Carlos Correa	4 <sup>as</sup> e 6 <sup>as</sup>	16 às 17 hs.
	QUÍMICA	Subst. Jonas Miranda Henrique Bruggemann	3 <sup>as</sup> e Sábados	8 às 9 hs
	HISTÓRIA NATURAL	Carlos Correa Subst. Joaquim D. Ferreira Lima	3 <sup>as</sup> e Sábados	16 às 17 hs.
ODONTOLOGIA	ANATOMIA	Joaquim D. Ferreira Lima	3 <sup>as</sup> e Sábados	16 às 17 hs.
	FISIOLOGIA	Subst. Alfredo P. Araujo Jonas de Miranda	2 <sup>as</sup> e 6 <sup>as</sup>	16 às 17 hs.
	HISTOLOGIA	Subst. Carlos Correa Raul Meiro	3 <sup>as</sup> e Sábados	8 às 9 hs
COMÉRCIO	CL. DENTÁRIA	Subst. Jonas de Miranda Alvaro Ramos	2 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup>	8 às 9 hs
	PRÓTESE DENTÁRIA	Subst. Achylles W. Santos Achylles W. Santos	2 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup>	7 às 8 hs.
		Subst. Alvaro Ramos		
COMÉRCIO	CORRES. E TECNOLOGIA COMERCIAL	José O'Donnell	3 <sup>as</sup> e 6 <sup>as</sup>	7 às 8 hs.
	GEOGRAFIA COMERCIAL	Subst. Vicente Conill José Boiteux	2 <sup>as</sup> e Sábados	7 às 8 hs.
	DIREITO PÚBLICO E CONSTIT.	Subst. Ivo D'Aquino Fonseca Marinho Lobo	4 <sup>as</sup>	7 às 8 hs.
COMÉRCIO	FRANCÊS, INGLÊS E ALEMÃO	Subst. Henrique Rupp Jr. Armando Knaught	2 <sup>as</sup> , 6 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup>	18 às 19 hs.
	CALIGRAFIA	Vicente Conill		
	DATILOGRAFIA	Gastão Douat		
AGRIMENSURA	ARITMÉTICA	Samuel Pereira		
	ÁLGEBRA	Samuel Pereira		
	GEOM., TRIGON., RETILÍNEA E ESFÉRICA	Fausto Souza		
	QUÍMICA	Henrique Bruggemann Carlos Correa		
	FÍSICA	Subst. Jonas Miranda		
	DESENHO LINEAR E AQUARELA	Frederico Selva		

No ano de 1934 funcionavam no Instituto somente dois cursos, o de Agrimensura e o de Farmácia. O curso de Odontologia já tinha sido fechado no final de 1932 e o curso de Comércio, ao que tudo indica, formou sua última turma no ano de 1930.

A seguir passou-se a sintetizar os eventos mais importantes de cada um dos Cursos de Especialização.

*Curso de Farmácia.* (duração de 3 anos letivos — doze cadeiras).

A primeira turma a se formar neste curso foi no final do ano de 1920. Até o término desta década, as turmas foram, em sua maioria, pequenas, só mais tarde é que tiveram sua frequência aumentada. A situação dos práticos de farmácia, de modo geral, residindo no interior do Estado, foi regulada pelos Decretos Estaduais nºs 1.082, de 5 de janeiro de 1918 e 2.076, de 28 de julho de 1928. Os decretos autorizavam a Diretoria de Higiene de Florianópolis a baixar normas quanto a estes profissionais, estabelecendo que, após três anos ou mais de prática comprovada, por atestado passado pelo responsável legal, poderiam obter junto à Diretoria de Higiene o certificado de prático de farmácia, submetendo-se, previamente, ao necessário exame prático-oral, perante uma comissão nomeada e presidida pelo Diretor de Higiene. De posse do competente certificado, o prático obteria a necessária licença para estabelecer-se em qualquer localidade onde não existisse farmácia e cuja preferência para tal fim não fosse requerida por farmacêutico diplomado. Essa licença concedida, subsistiria por todo o tempo, ainda mesmo que na localidade viessem a se estabelecer profissionais titulados.

O Decreto Federal nº 20.877, de 30 de dezembro de 1931, anulou este dispositivo da legislação estadual.

De conformidade com a lei federal, para que pudesse estabelecer-se e obter uma licença permanentemente ele precisaria de um atestado de prático por mais três anos, e, também, provar que estava estabelecido por conta própria, sem o qual ficaria eternamente manipulando drogas sem poder abrir sua farmácia.

Dada a facilidade com que o prático de farmácia ou de odontologia obtinha no Instituto o diploma de sua profissão, valendo-se da facilidade de poderem prestar "exames vagos", independentes de frequência às aulas e submetendo-se somente aos exames finais, muitos práticos substituíram o certificado passando pela Diretoria de Higiene de Florianópolis pelo diploma do Instituto. Podia ainda, o citado esta-

belecimento proceder ao exame de habilitação de profissionais estrangeiros, como o fez, conforme o Capítulo 13, dos Estatutos do Instituto de 1917.

Em 7 de junho de 1925 foi fundada a "Associação Catarinense de Farmacêuticos, Proprietários de Farmácia e Laboratórios". Mais tarde, em 1931, foi transformada em "Associação Catarinense de Farmacêutico". Em 1929, foi inaugurada a Farmácia do Instituto, podendo seus alunos praticarem ali e não mais nas farmácias da Capital, como até então o faziam.

Em 1935 o Ministério da Educação e Saúde Pública, através da Comissão de Ensino Superior, negou o pedido de equiparação solicitado e suspendeu a inspeção preliminar, apontando as seguintes irregularidades:

- do corpo docente de sete membros, dois apenas eram catedráticos, sendo os demais contratados;
- não foi procedido concurso para o preenchimento das vagas existentes no corpo docente;
- não foi enviado ao Conselho de Educação do Rio de Janeiro o "currículum vitae" dos alunos diplomados no ano de 1934, conforme o Decreto Federal nº 20.179, de 6 de julho de 1931.

*Curso de Odontologia.* (duração de 3 anos letivos — doze cadeiras).

Este curso, constituído de aulas teóricas e práticas, teve sua primeira turma formada em meados de 1919. A maioria dos formandos eram práticos, residindo no interior, valendo-se da prerrogativa que a lei lhes facultava de poderem prestar "exames vagos", sem a obrigatoriedade de freqüência às aulas. Entre os formandos constatou-se um número bastante grande de estrangeiros, em geral oriundos da Alemanha e Áustria, que revalidavam seus diplomas e retornavam às suas cidades, de forte contingente germânico, tais como Blumenau, Joinville, Indaial, Rio do Sul e Brusque. Outro fator a considerar sobre estes estrangeiros foi a herança cultural que traziam consigo. A prática, muitas vezes conseguida ajudando algum familiar ou conhecido no seu trabalho diário, a mentalidade técnica de alguns imigrantes alemães que vieram após a I GM e mais a necessidade de se estabelecerem profissionalmente, fez com que procurassem o único estabelecimento de convergência cultural e intelectual do Estado, o Instituto Polytechnico, órgão em que poderiam, através do "exame vago" ou revalidação, legalizar sua situação.

Dos formados, os que permaneciam em Florianópolis e exerciam a profissão, eram poucos.

Pode-se concluir que tanto o Curso de Odontologia como o de Farmácia formavam um pessoal que atendia as necessidades, principalmente do interior do Estado. Também, pode-se deduzir, analisando o quadro de formados, que foi dentre todos os Cursos de Especialização o mais procurado pelas mulheres.

Para a comunidade, prestou valiosa contribuição no atendimento gratuito dentário a várias entidades. O material necessário para a clínica não era encontrado aqui e, para tanto, deslocava-se até Curitiba, a fim de comprá-lo, um dos seus professores.

Em 1922, como reflexo, talvez das turmas formadas no Curso de Odontologia junto à comunidade, foi publicada uma tabela de serviços dentários, tendo em vista, como dizia a nota, as condições modestas de grande parte das pessoas que mais necessitavam desses serviços que continuavam a receber assistência gratuita.

Outra influência constatada junto à comunidade foi a organização do "Sindicato de Cirurgiões-Dentistas" com a participação de ex-alunos. Funcionou até 1937, quando fechou para transformar-se em Associação.

Na tentativa de se adaptar às novas condições da Reforma do Ensino (Decreto Federal nº 19.852, de 11 de abril de 1931) a direção do Instituto planejou reaparelhar o Curso de Odontologia, ampliar de dois para três anos o seu currículo e solicitar, junto ao Ministério da Educação e Saúde, o seu reconhecimento, recebendo despacho negativo do Ministro Francisco Campos.

Suspeitou-se de que alguns alunos teriam registrado diplomas falsificados na Diretoria de Higiene. Foi aberto inquérito policial para apurar os fatos. No dia 16 de novembro de 1932, o delegado da Capital, com ordem do Chefe de Polícia, encaminhou relatório à imprensa sobre o caso dos diplomas falsos.

Encerrado o processo, constatou-se a implicação de funcionários e alguns professores na concessão de diplomas falsos no Curso de Odontologia.

Os alunos dos outros cursos do Instituto elaboraram nota oficial posicionando-se contra a venda dos diplomas falsos, bem como o Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas.

Comentou-se que o Governo do Estado e o Ministério da Educação, diante das arbitrariedades, suspenderiam a subvenção, que fatalmente redundaria no fechamento do Instituto e no prejuízo dos alunos.

*Curso de Agrimensura* (duração de 2 anos letivos — dez cadeiras e *Engenheiros Geógrafos* (duração de 3 anos letivos — vinte e uma cadeiras).

A primeira turma de agrimensores a se formar foi no início do ano de 1919 e já por volta de 1921, a mão-de-obra formada encontrava-se aproveitada pelo Governo do Estado.

Através de proposta de um membro da Congregação o Curso de Agrimensura foi ampliado em mais um ano, diplomando, a partir daí, engenheiros-geógrafos. Todos os agrimensores, formados desde 1919, de acordo com uma publicação interna do Instituto, podiam matricular-se no terceiro ano do Curso de Engenheiros-Geógrafos. Este curso requeria do candidato um conhecimento bem mais amplo em matemática e desenho geométrico do que o Curso de Agrimensura, e, para tanto foi criado o Curso Anexo.

A acolhida por parte dos acadêmicos, ou já formados, foi enorme, pois assim eles podiam completar ainda mais seus conhecimentos. Além da teoria, aliou-se um estudo eminentemente prático, orientado por um corpo docente dos melhores, o que foi decisivo para a formação de ótimos profissionais, aproveitados dentro e fora do Estado, principalmente, no setor de estradas e rodagem.

A demanda para os Cursos de Agrimensura e Engenheiros Geógrafos foi diferente da dos Cursos de Farmácia e Odontologia, cujo maior contingente provinha do interior. Para os dois primeiros cursos, os candidatos eram, em geral, de Florianópolis.

Encontraram os engenheiros geógrafos fácil colocação junto à Inspetoria de Estradas e Rodagens, e, mais tarde, em 1932, na Diretoria de Terras e Colonização. Esta situação se manteve até a Reforma do Ensino Superior, com o Governo Provisório em 1930. Com a regulamentação das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, através do Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, o Curso de Engenheiros Geógrafos não foi reconhecido. Mas dada a carência de engenheiros, os antigos profissionais com muitos anos de experiência foram aproveitados pelos dois órgãos governamentais anterior-

mente citados e mais tarde pelo Departamento de Estradas e Rodagens nas Residências, espalhadas pelo interior do Estado.

*Curso de Comércio* (duração de 3 anos letivos — com dez cadeiras).

De todos os Cursos de Especialização, foi o de Comércio que teve maior número de inscritos no ano de 1917. Entretanto, não se conseguiu apurar, pelas fontes pesquisadas, nenhum formando daqueles que se matricularam. No final de 1920, que encontramos o primeiro guarda-livros formado pelo Instituto. Como complementação a este curso, funcionou anexo o Curso de Datilografia. A grande maioria dos que se candidatavam a este curso era de Florianópolis. Alguns já ligados ao comércio, direta ou indiretamente, e outros a repartições públicas.

A grande demanda que se verificou junto ao Curso de Comércio do Instituto, não se repetiu nos anos subseqüentes a 1917. Formaram-se pequenas turmas e com grandes lacunas entre uma e outra.

Das pessoas entrevistadas a queixa comum era a baixa remuneração financeira para os guarda-livros, a não observância da regulamentação da lei, o desnivelamento de salário entre os profissionais habilitados e os não habilitados, horário das aulas à noite dificultando os que trabalhavam durante o dia, e, ainda, o sistema de transporte muito precário na ocasião para os que quisessem retornar às suas residências após as aulas.

De todos os cursos do Instituto, foi o de Comércio o primeiro a fechar suas portas.

Encontrou-se em jornal da Capital nota expedida pelo Instituto Polytechnico, em fins de 1934, informando o número total dos formados por cada curso. Serviu, a nota, para montar o quadro que segue, fazendo ao mesmo tempo um paralelo entre o número oficial expedido pela imprensa e o que se conseguiu levantar através das pesquisas efetuadas.

# INSTITUTO POLYTECHNICO

## QUADRO GERAL DOS FORMADOS. PERÍODO: 1919-1934

Formados	C U R S O S					
	Anos	Farmácia	Odontologia	Agrimensor	Eng. Geógr.	Comércio
1919	2	5	5	—	—	12
1920	2	6	4	—	1	13
1921	1	4	4	—	—	9
1922	1	4	2	—	—	7
1923	—	7	11	—	3	21
1924	6	7	—	6	1	20
1925	7	5	—	4	2	18
1926	1	7	—	6	—	14
1927	6	5	—	4	—	15
1928	6	5	—	5	2	18
1929	6	13	—	4	3	26
1930	4	2	—	—	2	8
1931	14	9	—	1	—	24
1932	7	51	3	3	—	64
1933	22	—	3	8	—	33
1934	14	—	2	—	—	16
Total levantado	99	130	34	41	14	318
Total publicado	95	126	29	41	—	291
Diferença	4	4	5	—	14	27

A diferença de 27 formados, pode ser assim justificada:

1 — na nota publicada não constaram os 14 formados pelo Curso de Comércio;

2 — cinco dos formados no Curso de Agrimensura cursaram após 1924 o Curso de Engenheiros Geógrafos;

3 — os oito restantes dizem respeito a alunos dos Cursos de Farmácia (4) e Odontologia (4), estrangeiros, que provavelmente realizaram exames de revalidação.

## *Corpo discente*

As atividades discentes do Instituto podem ser divididas em três partes:

- 1 — "Revista Acadêmica" e "Folha Acadêmica", órgão divulgador dos alunos;
- 2 — a Associação, e
- 3 — Centro Acadêmico José A. Boiteux, órgão representativo dos alunos dos Cursos de Especialização.

## *Atividades Complementares*

Podem ser consideradas como atividades complementares a Biblioteca e o Museu existentes no Instituto Polytechnico.

A Biblioteca, órgão de consulta para seu corpo docente e discente, funcionou desde sua criação, no ano de 1917, até seguramente final de 1933, data das últimas notícias coligidas.

O Museu do Instituto foi organizado em meados de 1920. Como ocorreu com a Biblioteca, figuras representativas locais ajudaram com valiosas contribuições.

Segundo pesquisas e testemunhas de ex-alunos, o Museu era muito bem aparelhado, não só na sua parte de mineralogia, como possuía, entre outras coisas, uma rara coleção de moedas antigas, em ouro e prata, pedras semi-preciosas, esqueleto onde os alunos estudavam anatomia e uma coleção de instrumentos para observações meteorológicas.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho permitiu a recomposição parcial da história do Instituto Polytechnico, primeiro estabelecimento de ensino superior em Santa Catarina. Durante sua existência, entre 1917 e 1935, sofreu o Instituto o impacto de duas fases conjunturais distintas que marcaram profundamente a história do Brasil. A primeira até o final da República Velha em 1930, fundamentada na atividade agrícola e num sistema educacional descentralizado, fruto dos ideais constitucionalistas de 1891. A segunda, a partir da implantação do Governo Provisório em 1930, enfatizando no setor econômico o desenvolvimento industrial e

no sistema educacional superior a centralização, consequência da nova política que se instalava.

A criação de Institutos e Escolas superiores foi um fenômeno que se repetiu em dimensão nacional durante os dois primeiros lustros do século XX.

Os cursos oferecidos pelo Instituto não tiveram a receptividade esperada junto à comunidade de Florianópolis. Não seguiram a velha tradição dos cursos superiores vigentes no Brasil por aquela época — advocacia, medicina e engenharia civil.

A tentativa de diversificação dos cursos "Polytechnicos" foi uma constante ao longo de sua existência. Tentou-se iniciar com os de obstetrícia e pilotagem na ocasião da sua fundação, direito em 1921 e agronomia e eletro-técnica em 1926. Mas pela falta de um corpo docente para determinadas áreas, bem como a impossibilidade de oferecer remuneração compatível e motivadora, estas investidas não se concretizaram. Inicialmente, manteve o Instituto um quadro de professores dos melhores, mas a participação efetiva de poucos. Por este motivo e também porque a diretoria não pensou na reposição de lentes nem em se adaptar convenientemente à Reforma de Ensino Superior e mais a falta de recursos financeiros, viu a população da Capital, no início de 1935, fechar suas portas.

Diante do exposto, a importância do Instituto Polytechnico não pôde ser negada, pois:

- gerou alternativas para atender grande parte do contingente da baixa classe média da época;

- atraiu práticos da Capital e principalmente do interior;

- possibilitou a revalidação de profissionais estrangeiros;

- atendeu as necessidades dos governos no tocante à formação de mão-de-obra técnica, especialmente, no seu plano viário;

- integrou-se à comunidade através de prestação de serviços, nos mais variados setores como atendimentos odontológicos à população, promoveu solenidades, estimulou a criação de entidades de classe, além de ter divulgado Santa Catarina junto a órgãos federais e estabelecimentos congêneres de Estados vizinhos, e

- influenciou a criação da Faculdade de Direito em 1932, gerando o processo de outros cursos superiores que se seguiram, culminando, mais tarde, em 1962, com a organização da Universidade Federal de Santa Catarina.